

GAZETA MERCANTIL

Quarta-feira, 20 de julho de 1983

A mesma surrada fórmula, chova ou faça sol

O "pacote" da semana passava levou o País de volta à política de arrocho salarial, que foi uma das principais características da gestão do atual ministro do Planejamento, Delfim Netto, como ministro da Fazenda (1968/73). Considerada um ingrediente do "milagre econômico" do início da década de 70, tal política foi, depois de 1973, abertamente repudiada pelo governo como um dos principais fatores responsáveis pela nítida deterioração do nosso perfil de distribuição de renda no período em que as taxas de crescimento do PIB batiam recordes.

Voltamos agora, sem disfarces, a adotar aquele modelo, sob o fundamento de que o sacrifício de todos os assalariados é necessário para recolocar a economia brasileira nos trilhos. O arrocho anterior era também, amarga ironia, considerado essencial, no entender dos mesmos oráculos econômicos, para o prosseguimento do "boom".

As autoridades costumavam afirmar também, naquela época,

que não era preciso adotar uma política salarial mais benigna porque a oferta de emprego era abundante, fazendo com que, pelas leis de mercado, os padrões salariais estivessem em ascensão. Hoje, os salários são contidos porque existe desemprego...

É a mesma política, chova ou faça sol, e têm sido sempre, somos obrigados a dizê-lo, as camadas que se encontram na base da pirâmide as mais penalizadas. No espaço de poucos meses, o governo retirou os 10% acima do INPC que eram concedidos à faixa de um a três salários mínimos e, como isso não bastasse, limitou os reajustes para todas as classes de rendimento a 80% daquele índice.

Fez-se um corte fundo sobre os salários mais baixos, cujas consequências sociais serão agudamente sentidas nos próximos meses, tanto mais considerando o efeito que a perda do poder de compra da população de baixa renda terá sobre a demanda dos chamados bens de salário.

Para alguns tecnocratas, a nova poda nos salários poderá ser classificada como um "efeito perverso" de uma política de contenção de que o País não poderia fugir, sob pena de sucumbir a uma inflação galopante, que viria atrasar sensivelmente a recuperação futura da economia brasileira.

Não aceitamos o raciocínio. Primeiro, porque tais "efeitos perversos" tendem a perpetuar-se, como demonstra perfeitamente a evolução do salário mínimo real nos últimos vinte anos. E, em segundo lugar, não cremos honestamente que o governo, neste momento, esteja preocupado em assegurar condições para que a nossa economia se recupere.

Vejamos o que ocorre com o tabelamento dos juros, uma medida que, teoricamente, deveria contribuir para aliviar as dificuldades financeiras por que passam as empresas. Isso poderia efetivamente ocorrer se o governo adotasse uma política coerente para fazer baixar o custo do dinheiro,

mantendo aberto o acesso ao crédito pelas empresas.

Não é isso, porém, o que se verifica. Como já assinalamos nestas colunas, o governo tabelou os juros, obrigando a um rebaixamento apreciável das taxas de captação, mas, ao mesmo tempo, coloca títulos no mercado oferecendo um rendimento de 240% ao ano. Resultado: a captação pelos bancos cai a níveis baixíssimos e os próprios estabelecimentos são levados a aplicar em títulos governamentais. Contrai-se absurdamente a liquidez e as empresas não podem obter os financiamentos de que necessitam, pagando caro ou barato.

Não, o governo não está preocupado com a recuperação futura da economia brasileira. Se estivesse, não poderia praticar uma política que, a persistir nos próximos meses, levaria a uma situação de insolvência generalizada, que, isto sim, deterá, por um longo período, a retomada do nosso desenvolvimento.